

Comportamento Semanal de Mercado

14 a 22 de novembro



Elevação da Selic em 0,75 p.p. ganha força

A semana foi marcada pela escalada dos conflitos geopolíticos, resultando em uma maior aversão ao risco. Reforçando a resiliência da economia dos EUA, houve avanço em indicadores da atividade empresarial e da confiança do consumidor. Acrescentando-se os temores com a dinâmica do comércio global com as possíveis medidas protecionistas do novo governo nos EUA, ampliaram-se as apostas de manutenção da taxa básica de juros pelo Federal Reserve (Fed), saindo de uma probabilidade de 41,3% em 18/11 para 47,3% em 22/11 e de 58,7% para 52,7% para 1 corte de -0,25 p.p..

Domesticamente, a arrecadação federal continuou avançando de forma robusta, crescendo 9,7% em 2024, em termos reais, atingindo o montante de R\$ 2,2 trilhões. Assim, ao se acrescentar o bloqueio de R\$ 6,0 bilhões em gastos até o final do ano, é muito provável que a meta fiscal seja cumprida, ao permitir um déficit primário de até 0,6% do PIB (cerca de R\$ 70 bilhões), considerando as despesas fora da meta e a banda de tolerância de 0,25% do PIB.

Os indicadores de atividade permaneceram mostrando um bom desempenho, indicando um crescimento robusto do PIB no 3T24. Em relação ao 2T24, o monitor do PIB da FGV exibiu uma elevação de 1,0%, alavancada pelo crescimento do consumo das famílias, dos investimentos e do setor de serviços. Contudo, o cenário prospectivo apresenta desafios importantes, como a manutenção da inflação em patamares elevados e a expectativa de aumento contínuo das taxas de juros, que poderão limitar a sustentabilidade do ritmo de crescimento.

Esse quadro é ratificado nas projeções do Boletim Focus, cuja estimativas para a Selic ao final de 2025 elevaram-se de 12,00% a.a. em 14/11 para 12,25% em 22/11. As apostas de uma aceleração no ritmo de altas da taxa Selic ganharam força. No mercado de opções do Comitê de Política Monetária (Copom) da B3, a chance de uma elevação de 0,75 p.p. na reunião de dezembro subiu de 40,5% em 14/11 para 61,5% em 22/11. A taxa real de juros *ex-ante* recuou -0,05 p.p. na semana para 8,40% a.a., patamar ainda bem contracionista quando comparado com a taxa neutra de 4,75% a.a. estimada pelo Banco Central (BC).

Já a atividade econômica deve desacelerar de 3,17% em 2024 para 1,95% em 2025, de acordo com o Focus. Apesar da esperada trajetória de mais apertado na política monetária, persiste o movimento de desancoragem das expectativas, indicando o quadro extremamente desafiador para que haja a convergência da inflação à meta de 3,0%. No horizonte relevante para a política monetária, a projeção para a inflação acumulada em 12 meses no final do 2T26 ampliou-se de 3,88% em 14/11 para 3,93%.

Na semana que se adentra, as atenções se voltam para o resultado do IPCA-15 de novembro, além dos números do mercado de trabalho, estatísticas fiscais e do crédito em outubro. Hoje, o BC mostrou uma deterioração nos números do setor externo. As transações correntes do balanço de pagamentos mostraram um déficit de US\$ -5,9 bilhões em outubro (US\$ +0,4 bi em out/23), chegando a US\$ -49,2 bi (2,2% do PIB) em 12 meses. No exterior, enfoque na ata do Fed que detalhará as fundamentações para a redução no ritmo de flexibilização monetária e serão divulgados o deflator de gastos com consumo (PCE) e a renda e gastos pessoais dos EUA, além da inflação e confiança do consumidor na Zona do Euro.

Expectativas

Com uma projeção de aumento de +0,50 p.p. em dezembro, a Selic deve fechar 2024 em 11,75% a.a. (11,75% a.a. há 4 semanas). Contemplando novos ajustes, a taxa de juros elevar-se-ia em +0,50 p.p. em janeiro e em março, e mais +0,25 p.p. em maio, alcançando o pico de 13,00% a.a.. A retomada do processo de flexibilização monetária só ocorreria em setembro, com um corte de -0,25 p.p., e mais 2 reduções de mesma magnitude em novembro e em dezembro, assim a Selic encerraria 2025 em 12,25% a.a., ante 12,00% a.a. previsto na semana anterior (11,25% a.a. há 4 semanas). Para o término de 2026, o indicador prosseguiu em 10,00% a.a. (9,50% a.a. há 4 semanas), enquanto para 2027 subiu de 9,25% a.a. para 9,50% a.a. (9,00% a.a. há 4 semanas).

Ainda sentindo as implicações da estiagem nos preços de alimentos e de energia e da depreciação cambial, as projeções para o IPCA para novembro elevaram-se de 0,20% em 14/11 para 0,23% em 22/11. Com alguma perspectiva de aplicação de bandeira tarifária verde nas contas de energia elétrica em dezembro, as projeções recuaram de 0,54% para 0,51%, enquanto as de janeiro subiram de 0,44% para 0,49%. Dessa forma, a mediana das previsões para o IPCA para 2024 reduziu-se de 4,64% para 4,63% (4,55% há 4 semanas), porém mantendo-se ainda acima do teto da meta.

A despeito da trajetória esperada de mais aperto na política monetária apontada no Boletim Focus, persiste o movimento de desancoragem das expectativas, indicando o quadro extremamente desafiador para que haja a convergência da inflação à meta de 3,0%. No final do 2T26, horizonte relevante para a política monetária, a previsão para a inflação acumulada em 12 meses ampliou-se de 3,88% em 14/11 para 3,93% em 22/11. A mediana das previsões para 2025 saltou de 4,12% para 4,34% (4,00% há 4 semanas), enquanto para 2026 aumentou de 3,70% para 3,78% (3,60% há 4 semanas). Interrompendo uma sequência de 72 apurações consecutivas, a estimativa para 2027 elevou-se de 3,50% para 3,51%.

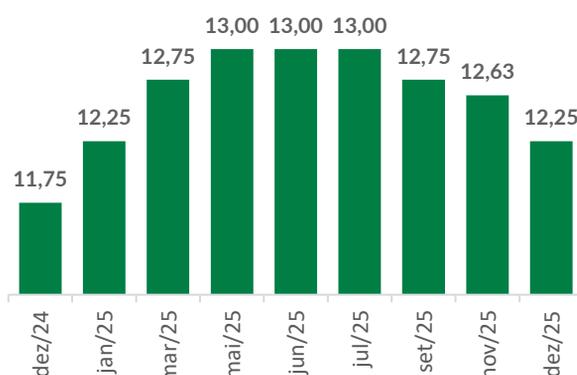
Ainda, os prêmios de riscos implícitos na curva da inflação implícita, construída com base nas negociações de NTN-Bs, elevaram-se na semana: em +0,26 p.p. para 6,50% para o prazo de 1 ano; em +0,11 p.p. para 5,96% para o de 2 anos; e em +0,04 p.p. para 5,85% para o de 3 anos.

Alinhando-se aos bons resultados dos indicadores de atividade, a mediana das estimativas para a expansão do PIB em 2024 ampliou-se de 3,10% para 3,17% (3,08% há 4 semanas). Devido ao aperto nas condições financeiras, a atividade deve desacelerar para 1,95% em 2025, ante 1,94% estimado anteriormente (1,93% há 4 semanas). Para os anos de 2026 e 2027, as projeções mantiveram-se em 2,00%.

Adequando-se à pressão no mercado de câmbio à vista, as projeções para a cotação do dólar para o final de 2024 passou de R\$/US\$ 5,60 para R\$/US\$ 5,70 (R\$/US\$ 5,45 há 4 semanas). Para 2025, subiu de R\$/US\$ 5,50 para R\$/US\$ 5,55 (R\$/US\$ 5,40 há 4 semanas), enquanto para 2026 aumentou de R\$/US\$ 5,47 para R\$/US\$ 5,50 (R\$/US\$ 5,33 há 4 semanas) e para 2027 de R\$/US\$ 5,45 para R\$/US\$ 5,50 (R\$/US\$ 5,35 há 4 semanas).

Em linha com a meta para 2024, as projeções para o déficit primário variaram de -0,60% do PIB para -0,50% (-0,60% há 4 semanas), prosseguindo em -0,70% do PIB para 2025 (-0,70% há 4 semanas). Para 2026, as estimativas variaram de -0,50% do PIB para -0,60% (-0,50% há 4 semanas), ao passo que para 2027 saíram de -0,30% do PIB para -0,43% (-0,30% há 4 semanas). Também em relação ao PIB, a previsão para a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) para 2024 variou de 63,50% para 63,45% (63,50% há 4 semanas), a para 2025 de 66,65% para 66,83% (66,68% há 4 semanas), a para 2026 de 69,28% para 69,50% (69,22% há 4 semanas) e a para 2027 de 72,00% para 72,80% (71,40% há 4 semanas).

Selic - Mediana das expectativas (% a.a.)



Fonte: Focus/BCB. Elaboração ABBC

Economia Internacional

Com a perspectiva de práticas de juros mais baixos e políticas protecionistas pelo novo governo, a atividade empresarial dos EUA atingiu o maior nível desde abr/22. O índice de gerentes de compras (PMI) composto, que engloba manufatura e serviços, aumentou de 54,1 em out/24 para 55,3 no número preliminar para novembro. O indicador para manufatura subiu de 48,5 para 48,8, enquanto o de serviços passou de 55,0 em out/24 para 57,0. Embora abaixo das expectativas, a confiança do consumidor medida pela Universidade de Michigan aumentou pelo 4º mês consecutivo, passando de 70,5 em out/24 para 71,8 e alcançando o maior valor desde abr/24 (73,7 pela Reuters). A pesquisa mostrou ainda que a expectativa de inflação para 12 meses desacelerou de 2,7% em out/24 para 2,6%, a menor desde dez/20. Contudo, a de 5 anos subiu de 3,0% para 3,2%.

Com um mercado de trabalho ainda pressionado, os pedidos semanais por seguro-desemprego recuaram em -6 mil na semana finda em 16 de novembro para 213 mil, após marcarem 219 mil na semana anterior (220 mil pela FactSet). Com isso, a média de 4 semanas recuou em -3,750 mil para 217,7 mil.

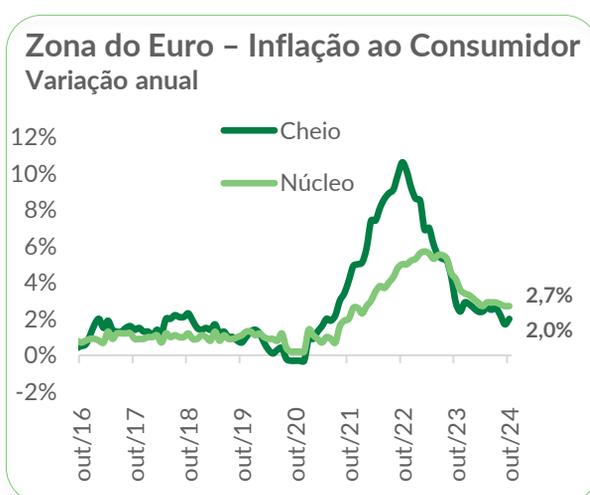
Por sua vez, o mercado imobiliário dos EUA emitiu sinais distintos. De um lado, as vendas de casas existentes cresceram 3,4% na margem em outubro para uma taxa anual ajustada sazonalmente de 3,96 milhões e os preços aumentaram 4,0% a.a.. Vindo pior do que se esperava, as construções de moradias iniciadas em outubro recuaram -3,1% na margem, ao ritmo anualizado de 1,311 milhão (-1,0% pela FactSet). Já as permissões para novas obras cederam -0,6% no período, à taxa anualizada de 1,416 milhão (1,435 milhão pela FactSet). No mesmo sentido, as construções de residências unifamiliares recuaram -6,9% na margem em outubro, para uma taxa ajustada sazonalmente de 970 mil. Ademais, os números de set/24 foram revisados para cima, mostrando que a construção de casas aumentou para uma taxa de 1,042 milhão de unidades, em comparação com o ritmo relatado anteriormente de 1,027 milhão de unidades. Já as licenças para construções futuras cresceram 0,5%, atingindo uma taxa de 968 mil unidades.

A China manteve suas taxas de empréstimo de referência estáveis, em um movimento altamente antecipado após o corte acentuado nos custos de empréstimos em out/24. As taxas preferenciais de empréstimos (LPR) de 1 e 5 anos ficaram estáveis em 3,1% e 3,6%, respectivamente.

Em linha com o esperado, o índice de preços ao consumidor (CPI) na Zona do Euro subiu 0,3% em outubro na comparação mensal. A taxa anualizada acelerou de 1,7% a.a. em set/24 para 2,0% a.a., alavancada pelos setores de serviços (1,77 p.p.) e alimentos, álcool e tabaco (0,56 p.p.), além das contribuições de +0,13 p.p. em bens industriais não energéticos e -0,45 p.p. em energia. Excluindo os preços de energia e alimentos, o indicador mensal teve acréscimo de 0,2%, com a taxa anualizada mostrando crescimento de 2,7% a.a., confirmando a estimativa inicial e repetindo a variação registrada em set/24.

Por outro lado, a atividade empresarial da região piorou de forma surpreendente em novembro, com contração do setor de serviços e o industrial. Na prévia, o PMI composto, compilado pela S&P Global, recuou de 50,0 em out/24 para 48,1, o menor nível em 10 meses, vindo abaixo das expectativas (49,8 pelo The Wall Street Journal). O índice para indústria caiu de 46,0 em out/24 para 45,2, enquanto o de serviços, que vinha compensando o declínio na indústria, passou de 51,6 para 49,2, mínima de 10 meses.

Ainda, a confiança do consumidor da região caiu para -13,7 em novembro, ante -12,5 pts. em out/24, ficando abaixo dos esperados (-12,4 pela FactSet). O quadro reforça as expectativas de que o Banco Central Europeu (BCE) deverá reduzir novamente a taxa de juros.



Fonte: Eurostat. Elaboração ABBC

Aversão ao Risco

A escalada do conflito no Leste Europeu, somada aos temores com a dinâmica do comércio global com as possíveis medidas protecionistas do novo governo nos EUA, produziu na semana um aumento na aversão ao risco.

Precificando uma inflação mais elevada no horizonte de curto prazo, a ferramenta FedWatch, do CME Group, indicava um aumento na possibilidade de manutenção da *Fed Funds* no atual patamar na reunião de dezembro, saindo de uma probabilidade 41,3% em 18/11 para 47,3% em 22/11 (24,3% em 25/10). Contudo, a aposta majoritária continua a ser de um corte de -0,25 p.p., saindo no mesmo período de 58,7% para 52,7% (74,6% em 25/10).

Com essa divisão em relação às apostas para um novo corte na taxa básica de juros, o retorno da *T-Note* de 2 anos subiu 0,06 p.p. na semana para 4,37% a.a., enquanto o de 5 anos fechou com estabilidade em 4,30% a.a., o de 10 recuou -0,02 p.p. para 4,41% e o de 30 anos permaneceu em 4,60% a.a..

Entretanto, reforçadas por bons resultados corporativos, as principais bolsas internacionais encerraram a semana com ganhos de: 1,96% no Dow Jones; de 1,73% na Nasdaq; de 1,68% no S&P 500; de 2,46% no FTSE 100; e de 0,58% no DAX 40. As exceções ficaram para as bolsas asiáticas, com quedas de: -1,91% em Xangai; e de -0,93% no Nikkei 225.

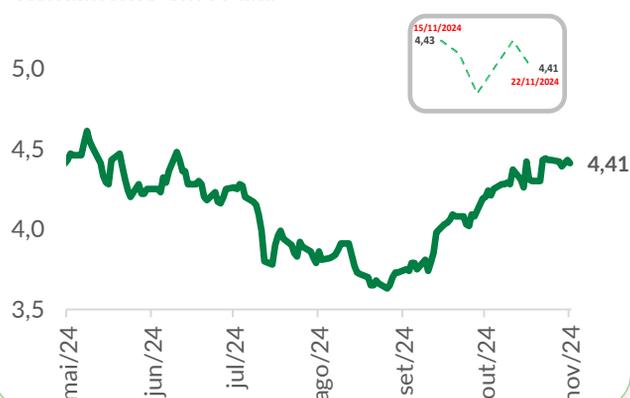
No mercado de *commodities*, foram observados comportamentos distintos. O preço da saca de soja na bolsa de Chicago caiu -1,50%, enquanto a cotação do minério de ferro em Qingdao subiu 3,92%, refletindo o aumento dos gastos fiscais na China, impulsionando o varejo e investimentos, ainda que o mercado acredite que os efeitos não devam ser sustentados por muito tempo. Já o preço do petróleo foi mais sensível ao aumento do risco geopolítico, com o barril do tipo Brent subindo 5,81% para US\$ 75,17, a despeito da alta dos estoques nos EUA.

No mercado doméstico, o sentimento é de que a ligeira melhora no humor dos agentes com a expectativa do pacote de corte de gastos, reforçada pelo anúncio de um bloqueio adicional de R\$ 6,0 bilhões no relatório bimestral de receitas e despesas do 5º bimestre, favoreceu as cotações dos ativos locais. O risco soberano brasileiro, medido pelo CDS de 5 anos, recuou -11,07 bps. na semana, para 155,38 bps.. Com alta de 1,04%, o Ibovespa retomou o patamar dos 129 mil pontos.

Bolsas Internacionais

Bolsas	Em pts	Variação		
	22/11/2024	Semana	Mês	12 meses
Bovespa	129.126	1,04%	-0,64%	2,01%
Nasdaq	19.004	1,73%	2,32%	33,21%
S&P	5.969	1,68%	2,02%	31,00%
Dow Jones	44.297	1,96%	3,20%	25,58%
FTSE 100	8.262	2,46%	-0,54%	10,40%
DAX 40	19.323	0,58%	-0,51%	20,81%
Nikkei 225	38.284	-0,93%	-0,33%	14,44%
Xangai	3.267	-1,91%	-0,57%	6,71%

T-Note de 10 anos Rendimento em % a.a.



Fonte: Bloomberg. Elaboração ABBC

Câmbio

Com o aumento no risco geopolítico e em linha com o avanço nas *treasuries* de curto prazo, o dólar manteve a sua trajetória de fortalecimento no mercado de câmbio internacional. O *Dollar Index**, que mede o desempenho da divisa norte-americana frente a uma cesta de moedas de 6 países desenvolvidos, subiu 0,81%, refletindo as depreciações de 1,17% no euro, de 0,70% na libra esterlina e de 0,31% no iene japonês.

Em consonância, o índice que mede a variação de uma cesta de moedas de países emergentes em relação ao dólar recuou -0,67% na semana, com destaques para as depreciações de 0,58% no peso argentino, de 0,43% no peso mexicano e de 0,05% na rúpia indiana. Porém, houve as apreciações de 0,42% no rand sul-africano e de 0,37% no peso colombiano.

Com um melhor desempenho do que a média de seus pares emergentes, possivelmente refletindo um maior otimismo com as contas públicas, o real depreciou-se em apenas 0,18% no período, com o dólar fechando cotado a R\$ 5,81, após alcançar R\$ 5,75 no dia 18/11. Na semana, o BC manteve a rolagem dos swaps cambiais com vencimento em 02/01/2025.

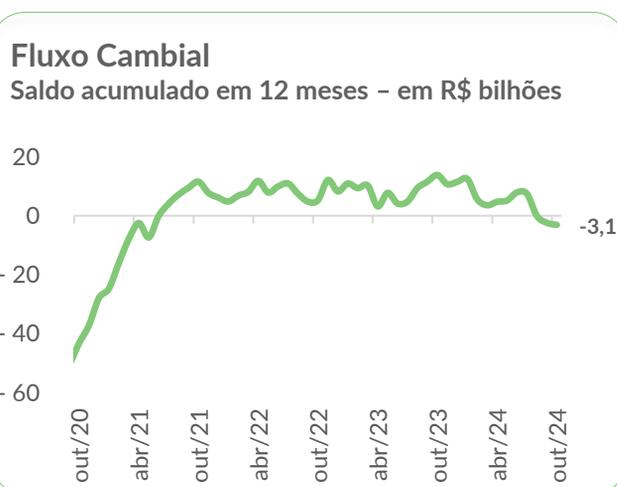
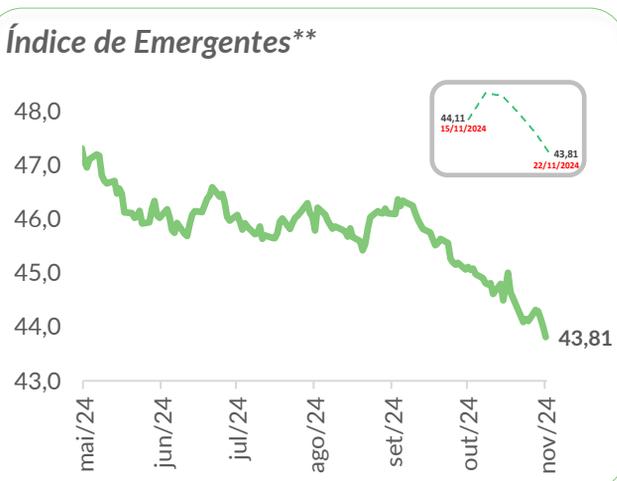
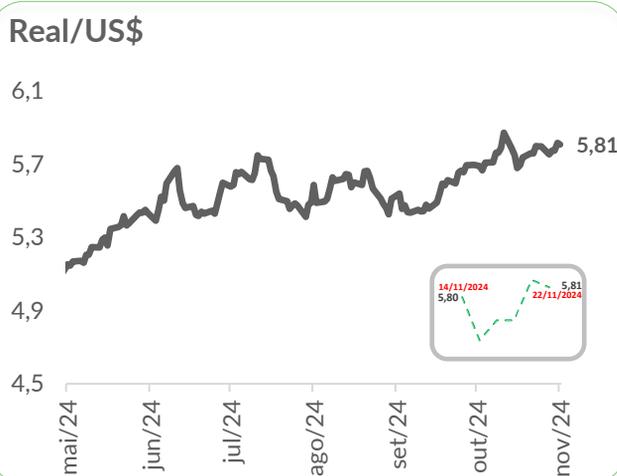
Por fim, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ -1,99 bilhões na semana entre os dias 11 e 14 de novembro, fruto das saídas líquidas de US\$ -727 milhões na conta comercial e de US\$ -1,26 bilhão na financeira. Considerando os dados até o fechamento de outubro (31/10/24), o fluxo financeiro acumulado em 12 meses ficou deficitário em US\$ -3,12 bilhões, ante um déficit de US\$ -2,41 bilhões no mês anterior e um superávit de US\$ 13,83 bilhões em out/23. Na mesma base, o saldo acumulado na conta comercial foi de US\$ 59,41 bilhões, o que representou elevações de 4,4% na margem e de 30,7% a.a.. A conta financeira ficou negativa em US\$ -62,53 bilhões, sendo altas de 5,4% na margem e de 97,6% a.a..

*Cesta do *Dollar Index*:

Euro; Yen; Libra Esterlina; Dólar Canadense; Coroa Sueca; e Franco Suíço.

**Cesta de Moedas de países emergentes:

Lira turca, Rublo russo, Rand sul-africano, Florim húngaro, Real, Peso mexicano, Peso chileno, Reminbi chinês, Rúpia indiana e Dólar de Singapura.



Fonte: Bloomberg/JP Morgan/BCB. Elaboração ABBC

Taxa de Juros

Com a desancoragem das expectativas, o hiato do produto positivo e um cenário externo adverso, o mercado vem precificando uma política monetária mais contracionista. Na semana, houve um aumento em todos os vértices ao longo da Estrutura a Termo da Taxa de Juros.

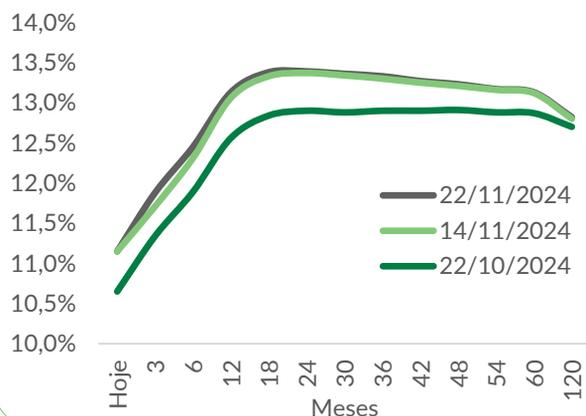
A taxa de 6 meses saiu de 12,31% a.a. em 14/11 para 12,45% em 22/11, a de 1 ano subiu de 13,06% a.a. para 13,13%, a de 2 anos de 13,37% a.a. para 13,39%, a de 3 de 13,30% a.a. para 13,33%, a de 4 de 13,21% a.a. para 13,23%, a de 5 de 13,12% a.a. para 13,13% e a de 10 anos saiu de 12,80% a.a. para 12,82%.

Com a alta de 0,07 p.p. da inflação esperada para os próximos 12 para 4,36% sobrepondo-se à evolução na taxa de juros do *swap* DI prefixado de 360 dias, a taxa real de juros *ex-ante* recuou -0,05 p.p. no período para 8,40% a.a., ainda assim em patamar contracionista quando comparada com a taxa neutra de 4,75% a.a. estimada pelo BC.

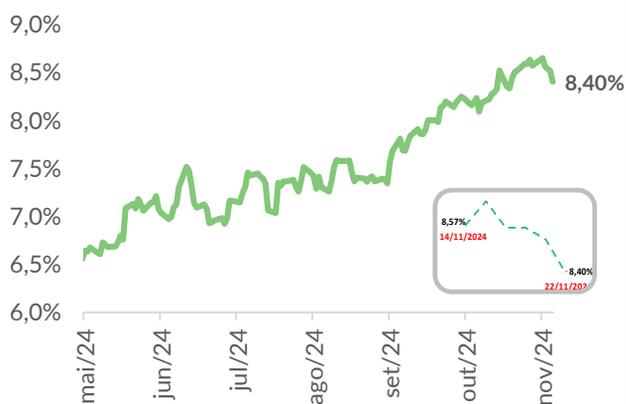
As apostas de uma aceleração no ritmo de altas da taxa Selic para 0,75 p.p. nas 2 próximas reuniões do Copom ganharam força. No dia 22/11, no mercado de opções do Copom da B3, a chance de uma elevação de 0,75 p.p. na reunião de dezembro subiu de 40,5% no dia 14/11 para 61,5% em 22/11, enquanto para a reunião de janeiro elevou-se de 46,6% em 14/11 para 52,9%.

Por fim, a medida de inclinação da curva, calculada pelo *spread* entre as taxas prefixadas de 10 anos e de 1 ano, negociadas na B3, recuou -0,05 p.p. para -0,31 p.p.. Em linha, o diferencial entre as taxas pré de 10 anos e de 1 ano, na negociação de títulos públicos na Anbima, caiu -0,07 p.p. para -0,32 p.p..

Estrutura a Termo da Taxa de Juros (% a.a.)

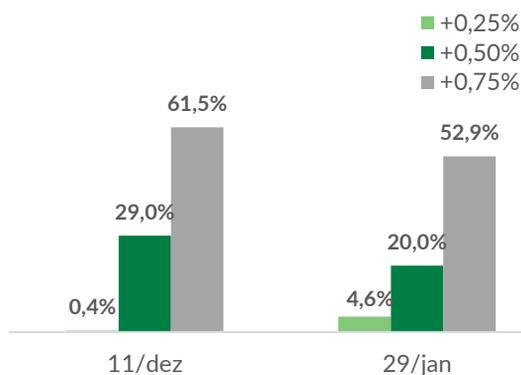


Taxa Real de Juros ex-ante (% a.a.)



Probabilidade Copom

Mercado de opções do Copom B3 (22/11/24)



Fonte: Bloomberg/B3. Elaboração ABBC

Monitor do PIB – Set/24

Reiterando o bom desempenho da atividade econômica, o Monitor do PIB da FGV exibiu avanços de 0,7% na margem em setembro e de 1,0% no 3T24 em comparação com o 2T24. O indicador fechou o mês com elevações de 4,1% na comparação interanual e de 4,2% ante o 3T23. Considerando a taxa acumulada em 12 meses até setembro, o crescimento foi de 3,0%. Contudo, o cenário prospectivo apresenta desafios importantes, como a manutenção da inflação em patamares elevados e a expectativa de aumento contínuo das taxas de juros, o que pode limitar a sustentabilidade do ritmo de crescimento no médio prazo.

Pelo lado da oferta, o destaque ficou para o forte e disseminado crescimento da indústria. Por sua vez, em desaceleração, o setor de serviços também cresceu, ao passo que a agropecuária se retraiu no trimestre.

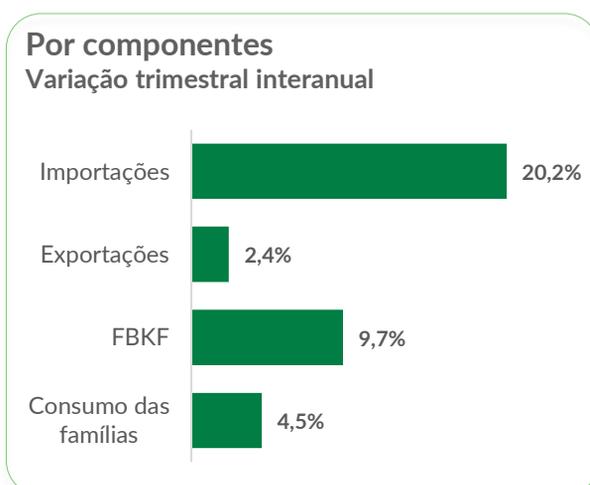
Já pela ótica da demanda, em termos de taxa trimestral móvel frente a igual período de 2023, houve alta em todos os quesitos. Para o consumo das famílias, o aumento reduziu-se de 4,9% no 2T24 para 4,5%, com esse movimento liderado pela desaceleração no consumo de produtos não duráveis. Acelerando em relação ao avanço de 5,7% no 2T24, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 9,7% no 3T24, alavancado pelo segmento de máquinas e equipamentos, tanto nacionais quanto importados, e pelo setor da construção.

Com alta de 2,4% no 3T24, após crescer 4,5% no 2T24, o ritmo de crescimento das exportações vem perdendo força, em linha com o comportamento dos produtos agropecuários e da extrativa, que haviam crescido fortemente em 2023. Já as importações cresceram 20,2%, na mesma base de comparação, após alta de 14,8% no 2T24, com a importação de bens intermediários e de serviços sendo os principais setores para esse desempenho. Destaque também para a evolução de bens de capital e de produtos da extrativa mineral.

Por fim, vale assinalar a recuperação na taxa de investimento, que fechou setembro em 17,4%, na série com valores correntes, ficando acima da média de 16,4% do período desde jan/15. Contudo, um pouco abaixo da média de 2000 (17,9%).



Fonte: FGV. Elaboração ABBC



Arrecadação Federal – Out/24

A Receita Federal apontou um avanço robusto na arrecadação federal via impostos e previdência, tornando provável o cumprimento da meta fiscal para 2024. Em outubro, foram arrecadados R\$ 247,9 bilhões, um acréscimo real de 9,8% ante out/23, após a entrada de R\$ 204,3 bilhões no mês anterior (R\$ 225,9 bilhões em out/23). Foi o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica em 1995.

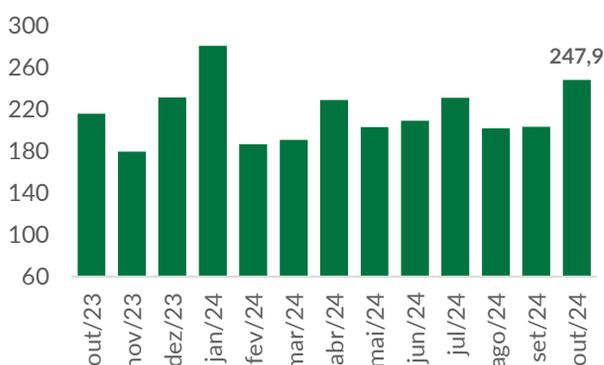
Considerando-se somente o total da receita administrada pela União, o total foi de R\$ 225,2 bilhões em outubro (+9,9% a.a., em termos reais), enquanto as administradas por outros órgãos, com peso grande dos royalties sobre a exploração de petróleo, avançaram para R\$ 22,7 bilhões (+8,2% a.a., em termos reais).

A dinâmica mensal refletiu o crescimento de variáveis macroeconômicas, o retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, a tributação dos fundos exclusivos e a atualização de bens e direitos no exterior. No mês, a arrecadação com PIS/Pasep e Cofins, somou R\$ 47,2 bilhões (+20,2% a.a.), alavancada pelo aumento real de 3,89% no volume de vendas do comércio e de 4,02% em serviços, pelo acréscimo na arrecadação no setor de combustíveis, no volume de importações e o desempenho positivo das atividades financeiras.

Ainda em outubro, a receita previdenciária totalizou R\$ 54,2 bilhões (+6,2%), impulsionada pelo crescimento real de 6,86% da massa salarial, de 9,8% na arrecadação do Simples Nacional e de 10,9% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária. Já o recolhimento conjunto do imposto de importação e do IPI vinculado à importação cresceu 58,1%, para R\$ 11,1 bilhões.

No acumulado do ano, a arrecadação federal alcançou R\$ 2,2 trilhões, o que representou uma elevação real de 9,7% frente ao mesmo período do ano anterior. Em 12 meses, o resultado ficou em R\$ 2,6 trilhões, levando a série com a evolução real, descontada o IPCA, manter sua tendência crescente, saindo de 7,6% a.a. em set/24 para 8,5% a.a. em outubro (-0,1% a.a. em out/23).

Impostos + Previdência Em R\$ bi

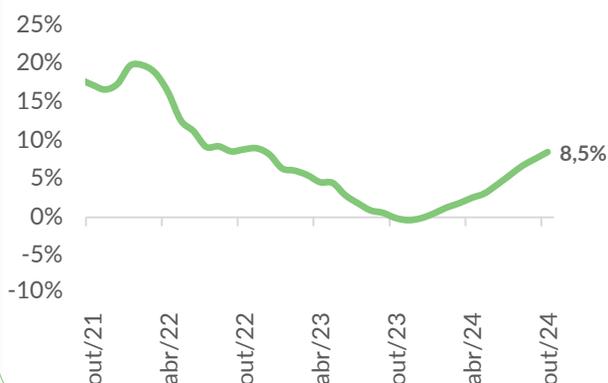


Varição Interanual



Evolução Anual Real

Impostos + previdência acumulados em 12 meses



Fonte: Receita Federal. Elaboração ABBC

Relatório de Receitas e Despesas – 5º Bimestre

No mais recente Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 5º bimestre, o governo federal elevou a estimativa de déficit primário em 2024 de R\$ -28,3 bilhões em set/24 para -28,7 bilhões, montante levemente abaixo do limite inferior da meta, que admite rombo de R\$ 28,8 bilhões. No período, houve uma redução de R\$ -7,2 bilhões das despesas primárias líquidas, refletindo as variações em Benefícios Previdenciários (+ R\$ 8,2 bilhões), Complementação ao Fundeb (+R\$ 692,8 milhões), Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV (+ R\$ 612,1 milhões), Créditos Extraordinários (- R\$ 4,0 bilhões), Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 2,5 bilhões) e pessoal e encargos Sociais (- R\$ 1,9 bilhão).

Por conta do aumento nas despesas públicas, o governo elevou a contenção no orçamento de 2024 em R\$ 6,0 bilhões, passando de R\$ 13,3 bilhões em set/24 para R\$ 19,3 bilhões.

Ainda, as projeções para as receitas primárias totais recuaram de R\$ 2,700 trilhões para R\$ 2,698 trilhões. Já as estimativas para a receita líquida – livre de transferências para os governos regionais – passaram de R\$ 2,172 trilhões para R\$ 2,169 trilhões.

Do lado das despesas primárias, as estimativas de gastos totais em 2024 caíram de R\$ 2,241 trilhões para R\$ 2,234 trilhões. O volume de gastos obrigatórios pouco oscilou, ficando em R\$ 2,043, enquanto as despesas discricionárias variaram de R\$ 198,35 bilhões para R\$ 191,14 bilhões em 2024.

Por fim, a projeção para o IPCA variou de 4,25% em set/24 para 4,40%, a para o crescimento do PIB de 3,21% para 3,25% e a para a Selic de 10,76% para 10,80%.

Demonstrativo do Resultado Primário (Governo Central)

	4º bimestre 2024	5º bimestre 2024	Diferença
	R\$ bilhões	R\$ bilhões	R\$ bilhões
Receita Primária Total	2.700,1	2.698,0	-2,1
Transferências por Repartição de Receita	527,5	529,1	1,6
Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	2.172,6	2.168,9	-3,7
Despesas Primárias	2.241,5	2.234,2	-7,3
Meta de Resultado Primário OFS	0,0	0,0	0,0
Limite Inferior da Meta de Resultado Primário OFS	-28,8	-28,8	0,0
Despesas Não Computadas no Resultado	40,5	36,6	-3,9
Resultado Primário para Cumprimento da LDO	-28,3	-28,3	0,0
Espaço (+) / Ajuste (-) para a Meta (-28,3	-28,3	0,0
Espaço (+) / Ajuste (-) para o Limite Inferior da Meta	0,4	0,0	-0,4

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento.. Elaboração ABBC

Projeções Macroeconômicas - ABBC

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024E
Atividade, Inflação e Juros										
PIB Real (% a/a)	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,2	-3,9	4,6	2,9	2,9	3,1
Crédito (% a/a)	7,00	-3,50	-0,40	5,10	6,4	15,6	16,5	14,0	7,9	10,1
Desocupação (% fim de período)	9,10	12,20	11,90	11,70	11,1	14,2	11,1	7,9	7,4	6,6
IPCA (% a/a, fim de período)	10,67	6,29	2,95	3,75	4,3	4,5	10,1	5,8	4,6	4,6
IGP-M (% a/a, fim de período)	10,54	7,17	-0,52	7,54	7,3	23,1	17,8	5,5	-3,2	5,3
Taxa Selic (% fim de período)	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75	11,75	11,75
Setor Externo e Câmbio										
Balança Comercial - (US\$ bi)	13,7	40,2	56,0	46,6	35,2	50,4	61,4	61,8	98,6	78,0
Conta Corrente (US\$ bi)	-54,8	-24,5	-22,0	-51,5	-65,0	-24,5	-28,1	-56,0	-28,6	-45,0
Investimento Direto no País (US\$ bi)	64,7	74,3	68,9	78,2	69,2	37,8	53,3	90,6	61,9	72,0
Taxa de Câmbio (R\$/US\$, fim de período)	3,9	3,3	3,3	3,9	4,0	5,2	5,7	5,3	4,8	5,50
Fiscal										
Resultado Primário (% PIB)	-1,9	-2,5	-1,7	-1,5	-0,8	-9,4	0,7	1,3	-2,3	-0,6
Resultado Nominal (% PIB)	-10,2	-9,0	-7,8	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-4,7	-8,9	-7,6
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	35,6	46,1	51,4	52,8	54,7	62,5	57,2	57,5	60,0	63,5
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	65,5	69,8	73,7	75,3	74,4	88,6	80,3	73,4	74,3	78,0



Diretoria de Economia, Regulação e Produtos



abbc.org.br
assessoriaeconomica@abbc.org.br



Av. Paulista, 1842 -15º andar -Conj. 156
Edifício Cetenco Plaza -Torre Norte -
Cerqueira César São Paulo -SP



Tel: (55) 11 3288-1688